



## REUNIÃO DE COORDENADORES NACIONAIS, PANAMÁ, PREPARATÓRIA DA ASSEMBLEIA PLENÁRIA ORDINÁRIA, EM MEDELLÍN, COLÔMBIA

### ATA

Teve lugar na cidade do Panamá, entre os dias 20 e 22 de março de 2019, a reunião de Coordenadores Nacionais da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), preparatória da Assembleia Plenária Ordinária, de julho de 2019.

Estiveram presentes os representantes dos Ministérios de Justiça e autoridades homólogas da COMJIB da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Panamá, Paraguai e Portugal e todos eles

Acordam:

1. Agradecer, muito afetosamente, ao Ministério de Governo da República do Panamá pela sua amável hospitalidade, pela organização desta reunião e pelo apoio económico e logístico oferecido à COMJIB o qual possibilitou a sua realização.
2. Dar as boas-vindas ao Secretário de Direitos Humanos do Equador, máxima autoridade da Secretaria de Direitos Humanos, a qual volta a participar nos trabalhos da COMJIB, depois da reformulação do Ministério de Justiça e Direitos Humanos.
3. Considerar conhecido o relatório de gestão e situação da Secretaria-Geral apresentado pelos Secretários-Gerais Adjuntos de Espanha, México e República Dominicana.
4. Considerar conhecido o Relatório Económico-Financeiro 2018 e a Escala de Quotas e Orçamento 2020 e sujeitá-los à aprovação pela Assembleia Plenária Ordinária de julho. Neste sentido, solicitamos à Secretaria-Geral Permanente:
  - 4.1. Realizar a auditoria do exercício 2018 a fim de a apresentar na próxima Assembleia Plenária, juntamente com o relatório económico do referido exercício.
  - 4.2. Atualizar o acordo de utilização do edifício da SEGIB.
  - 4.3. Comunicar à Comissão Delegada, juntamente com o orçamento relativo à auditoria da empresa Deloitte sobre o período de gestão do Secretário-Geral anterior, a nossa recomendação de adiar a realização da mesma até obter as conclusões dos trabalhos de avaliação que estão sendo desenvolvidos pela AECID e de investigação pela Procuradoria espanhola.

4.4. Solicitar à Comissão Delegada ou à Secretaria-Geral Permanente que promova a convocatória da reunião da Comissão Mista com a AECID, com a finalidade de obter informação sobre a referida avaliação, entre outros assuntos a tratar.

4.5. Elaborar, em consonância com o acordo 15.c. da ata final da última reunião da Assembleia Plenária, realizada em Buenos Aires, e partindo das observações expressas naquela reunião, um projeto de plano sobre eventuais medidas que incentivem o compromisso dos países em relação à sustentabilidade financeira da COMJIB, para sua partilha, através de meios eletrônicos, entre os Coordenadores Nacionais.

5. Sujeitar a validação a nova proposta do projeto de **Regulamento Financeiro**, que agora deverá ser partilhada, de forma virtual, com todos os coordenadores nacionais. Este rascunho servirá como base para o texto final que se apresentará à Assembleia Plenária Ordinária da Colômbia, para eventual aprovação.
6. Validar a revisão efetuada do projeto de **Regulamento de Funcionamento** até onde os trabalhos chegaram, que deverá ser partilhado, de forma virtual, com todos los coordenadores nacionais a fim de que se manifestem sobre os temas pendentes e concordem no texto final que se apresentará à Assembleia Plenária Ordinária da Colômbia, para eventual aprovação.
7. Validar o último projeto do **Código de Ética**, que deverá ser partilhado, de forma virtual, com todos os coordenadores nacionais, a fim de obter o apoio ao mesmo para chegar ao texto final que se apresentará à Assembleia Plenária Ordinária da Colômbia, para eventual aprovação.
8. Validar o último projeto (junto com o último contributo de Portugal) dos **Termos de Referência para Especialistas Nacionais Destacados (END)**, que se partilhou na passada Assembleia Plenária Extraordinária de Buenos Aires. Este texto deverá ser novamente partilhado, de forma virtual, por todos os coordenadores nacionais, a fim de obter o apoio ao mesmo para chegar ao texto final que se apresentará à Assembleia Plenária Ordinária da Colômbia, para eventual aprovação.
9. Tomar conhecimento de que o documento **organograma e perfis** liderado pela Argentina, segundo mandato da Plenária Extraordinária, reflete a estrutura de postos atualmente vigente na Secretaria-Geral. Por sua vez, o documento de perfis deverá modificar-se conforme conversado durante a reunião.
10. Encarregar a Secretaria-Geral de enviar uma circular aos Coordenadores Nacionais para obter informação atualizada acerca do estado de **ratificação do Tratado Relativo** à Transmissão Eletrónica de Pedidos de Cooperação Jurídica

Internacional entre Autoridades Centrais, com vista à sua assinatura na Assembleia Plenária Ordinária da Colômbia.

11. Recomendar que as **linhas de trabalho** da COMJIB incorporem na sua metodologia as seguintes diretrizes gerais:
  - Partir do acervo da Conferência nas futuras formulações de trabalho, para potencializar, acompanhar ou avaliar os instrumentos e resoluções adotadas até ao presente.
  - Renovar e impulsionar parcerias estratégicas da COMJIB com parceiros tradicionais de âmbito regional.
  - Promover o estabelecimento de Parcerias com novos parceiros estratégicos que apoiem a COMJIB a partir de seus distintos campos de especialização.
  - Fomentar o intercâmbio de experiências entre os países para partilhar e analisar as medidas tomadas para solucionar os problemas e avaliar o impacto produzido.
  
12. Solicitar à Secretaria-Geral Adjunta que, na medida do possível, possam ser incluídas algumas das propostas das linhas de trabalho na **reformulação do POA 2018**.
  
13. Tomar nota do acordo unânime da Comissão Delegada que acordou acolher o pedido da Ministra de Justiça e do Direito da Colômbia para transferir a **data da Assembleia Plenária Ordinária** de junho ~~aos~~ para os dias 23-25 de julho de 2019.
  
14. Tomar conhecimento da proposta do Chile sobre as sinergias entre a linha de **Acesso à Justiça** e o Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça -PIAJ-. O Chile mostra-se disposto a organizar um evento, no qual se compartilhem experiências comparadas com referência ao Acesso à Justiça focada em grupos prioritários. Como parceiros estratégicos, identifica principalmente: ILANUD, *Estado de la Nación* e CEJA.
  
15. Tomar conhecimento dos avanços alcançados em Portugal no referente ao uso das **Novas tecnologias** na administração de justiça e do convite para uma atividade sobre esta matéria em Lisboa, nos próximos meses, e, além disso, concretizar a transferência de conhecimento nesta matéria, de forma bilateral, assim como documentá-la.
  
16. Tomar conhecimento da proposta da Espanha sobre **cooperação jurídica internacional**, IberRed e luta contra o crime organizado através dos seguintes eixos: potencializar a utilização de novas tecnologias na cooperação judiciária internacional, o impulso de IberRED e de novas ferramentas no combate ao crime organizado, como as equipas conjuntas de investigação e a partilha de

ativos confiscados e o intercâmbio de informação sobre antecedentes criminais. Igualmente, se toma nota do pedido feito pela Argentina no sentido de aderir à referida linha.

17. Tomar conhecimento, com respeito à **reforma dos sistemas penitenciários** e seu comité, que a República Dominicana propõe a observância dos direitos humanos dos privados de liberdade em duas dimensões - uma relacionada com os protocolos, controlos e segurança e a outra sobre a eliminação do histórico problema da superlotação. Com esta finalidade, serão considerados como eixos centrais a infraestrutura, o tratamento penitenciário e a reinserção social. Como parceiro estratégico identifica principalmente ao ILANUD.
18. A respeito da linha de **Comité de Género**, aceitar a proposta da Colômbia de atrasar a atividade prevista com Cuba devido à sua proximidade e complexidade de organização com os avanços realizados. As suas prioridades, pendentes de revisão com Cuba, estratégia de eliminação da violência institucional na administração de Justiça, que estaria centralizada num diagnóstico sobre o fenómeno. Ademais, destacam as parcerias com as universidades. Por último, estudar de que forma as barreiras de acesso à justiça afetam as mulheres rurais. Toma-se nota de que o Equador quer participar da iniciativa.
19. Tomar conhecimento e realizar as previsões oportunas sobre o **calendário** 2019 de reuniões, com vista à Assembleia Plenária Ordinária de Medellín, Colômbia:
  - Abril: Comité de Género (POA 2017), pendente uma nova data.
  - Maio: 6-8 Encontro Chancelarias/MJ/AC Tratado IberRed (Interconecta) em Antigua (Guatemala) e 28-30 Preparatória VIII Plenária IberRed (Interconecta) em Montevideu.
  - Junho: PIAJ + Linha de Acesso à Justiça (PIAJ+POA 2017) e Comité Penitenciário-Linha SP (POA 2017) em Santiago.
  - Julho: 23-25 Assembleia Plenária Ordinária em Medellín, Colômbia
  - Outubro: 1-3 Aspectos técnicos e jurídicos Tratado (Interconecta) e 28-31 VIII Plenária IberRed (POA 2017-2018).
20. Tomar nota de que Portugal comunicou que terá lugar em Lisboa, nos dias 4 e 5 de abril, uma reunião do **Comité do PACCTO**, para a qual serão convidados todos os embaixadores da América Latina que estão incluídos no Programa.
21. Tomar nota do depósito do instrumento de ratificação do **Tratado Constitutivo da COMJIB pela República de Cuba**, que entrará em vigor nesse país em 7 de maio de 2019.



CONFERENCIA DE MINISTROS DE JUSTICIA  
DE LOS PAÍSES IBEROAMERICANOS



22. Tomar nota de que a **convocatória formal para a eleição do Secretário-Geral** será lançada em 1 de abril de 2019, de acordo com o Regulamento de Funcionamento.
23. Tomar nota de que Argentina manifesta a vontade de que o/a novo/a Secretário/a-Geral **assuma o cargo em janeiro de 2020**, diante da incerteza financeira da COMJIB, assim como para aproveitar a economia que isso representaria.

*Cidade do Panamá, a 22 de março de 2019.*

**ARGENTINA**

Juan José Cerdeira  
Assessor Jurídico  
Direção Nacional de Assuntos  
Internacionais  
Ministério de Justiça e Direitos Humanos

**BRASIL**

Rodrigo Antônio Gonzaga Sagastume  
Coordenador de Extradução e  
Transferência de Pessoas Condenadas  
Ministério da Justiça e Segurança Pública

**CHILE**

Cristián Jara Brito  
Chefe da Unidade de Cooperação e  
Assuntos Internacionais  
Ministério de Justiça e Direitos Humanos

**COLÔMBIA**

Natalia Muñoz Labajos  
Diretora Técnica  
Direção de Assuntos Internacionais  
Ministério de Justiça e do Direito

**EQUADOR**

Marlo Pacífico Brito Fuentes  
Secretário  
Secretaria de Direitos Humanos

**ESPANHA**

Ana Gallego Torres  
Diretora Geral de Cooperação Jurídica  
Internacional e Relações com as  
Confissões  
Ministério de Justiça



**CONFERENCIA DE MINISTROS DE JUSTICIA  
DE LOS PAÍSES IBEROAMERICANOS**



**PANAMÁ**

Diana Abad  
Assessora Executiva do Ministro  
Ministério de Governo

**PARAGUAI**

Cristián Miguel Núñez Servin  
Diretor de Assuntos Internacionais  
Ministério de Justiça

**PORTUGAL**

Maria Luisa Pacheco  
Subdiretora Geral da Direção da Política de Justiça  
Ministério da Justiça